

## Regulamentação do COE fortalece mercado de produtos estruturados

Regras para distribuição pública dos certificados devem ampliar o alcance dos produtos

O COE (Certificado de Operações Estruturadas) conta desde 14 de outubro com regulação específica para a oferta pública de distribuição. As regras constam na Instrução nº 569, editada pela CVM, que traz uma série de pleitos que encaminhamos ao regulador com o objetivo de ampliar o alcance do COE e fortalecer o mercado de produtos estruturados.

Com a Instrução nº 569, as instituições financeiras poderão comercializar o COE aos seus clientes por meio de distribuição pública. Isso permite, por exemplo, a utilização de materiais publicitários e a inclusão

dos certificados nos seus canais de distribuição. Desde a criação do COE, em 2013, o produto era negociado apenas de forma bilateral.

Entre as principais regras aprovadas pela CVM está a distribuição do COE sem a necessidade de registro da operação na autarquia. “O atendimento ao

nosso pleito para a dispensa de registro foi de grande importância, pois permite que sejam constituídas estratégias de investimento, com diferentes

indexadores, prazos e níveis de risco, com a flexibilidade e a rapidez exigidas pelo mercado. Com isso, ganhamos agilidade na distribuição e também maior liberdade na comercialização do produto”, explica Pedro Lorenzini, vice-presidente da ANBIMA.

“O nosso pleito se justifica pelo fato de que o Banco Central já supervisiona os emissores do produto, que são os bancos. Por conta desta e de outras particularidades, a CVM elaborou uma instrução específica para o COE”, afirma Lorenzini.

Para garantir a transparência

neste processo de distribuição, os certificados deverão contemplar um documento com informações claras e objetivas sobre suas principais características e fatores de risco: o DIE (Documento de Informações Essenciais), que deverá ser entregue ao investidor antes da compra do produto. Além deste documento, o

investidor terá que assinar um termo de ciência de risco, que ateste que ele tem conhecimento da estratégia predefinida pelo estruturador.

A autarquia acatou, ainda, o nosso pleito para que a disponibilização do DIE e a manifestação do titular possam ocorrer por meio eletrônico. O intuito é preservar a celeridade na contratação do COE.

“O suitability continuará sendo a ferramenta de entrada do cliente no universo dos investimentos. Paralelamente, no entanto, trabalhamos para a criação de uma estrutura robusta, que permita à distribuição ter liberdade e segurança na comercialização do produto”, diz Lorenzini. ■

**“O suitability continuará sendo a ferramenta de entrada do cliente no universo dos investimentos”**

Foto: Ricardo Rollo



Para nosso vice-presidente Pedro Lorenzini, a dispensa de registro foi importante, pois permite estratégias de investimento ágeis e flexíveis

**Confira na página 2 os nossos principais pleitos atendidos**

## Confira nossos principais pleitos sobre COE atendidos pela CVM

### DISPENSA DE REGISTRO DE OFERTA PÚBLICA

- A oferta pública de distribuição fica dispensada de registro na CVM e será realizada por instituições intermediárias habilitadas a atuar como integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários.



### CONTRATAÇÃO E VALIDAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO

- A contratação do COE pode ser feita pela internet. Também é permitido disponibilizar o DIE (Documento de Informações Essenciais) online, mesmo que a compra tenha sido feita pessoalmente.



### DOCUMENTO DE INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

- Foram aceitas diversas sugestões de ajustes no DIE, de forma a aprimorar as características de suas informações e esclarecer os principais fatores de risco do COE contratado.



### DISPENSA DE REGISTRO DO EMISSOR

- Alteração da Instrução nº 480 permite a distribuição do COE sem a necessidade de registro do emissor da operação, pois quem emite são instituições financeiras já supervisionadas pelo Banco Central.



## Entenda o COE

O COE é uma combinação de diferentes estratégias de renda fixa e variável em um único produto. As operações podem envolver múltiplas referências de remuneração ligadas a vários tipos de ativos, como ações, taxas de câmbio e índices. O instrumento é equivalente às notas estruturadas utilizadas no exterior.

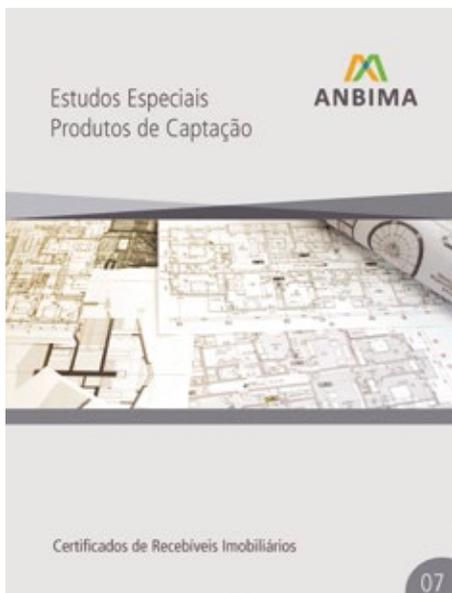
## Audiência pública do COE

A proposta de regulamentação da oferta pública de distribuição de COE esteve em audiência pública no início deste ano. Para discutir o tema, formamos um grupo de trabalho do qual participaram representantes de instituições emissoras e distribuidoras dos certificados, indicados pelos comitês de Produtos de Tesouraria, Finanças Corporativas, Mercado e Assuntos Jurídicos, além de membros da Cetip e da BM&FBovespa.

## Histórico

O COE foi regulamentado em setembro de 2013 pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) por meio da Resolução nº 4.263. A ANBIMA conduziu, desde 2007, discussões para a criação do produto e manteve um intenso diálogo com o Banco Central para o desenho do COE, intensificado em 2009 – quando foi publicada a Medida Provisória nº 472, que previa sua criação. Os debates foram liderados pelo Comitê de Produtos de Tesouraria e pelo Subcomitê de Derivativos de Balcão.

# Livro digital analisa o mercado de certificados de recebíveis imobiliários



O histórico, a evolução e o mapeamento do mercado de CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários) estão no livro digital *Produtos de Captação: Certificados de Recebíveis Imobiliários*, que lançamos recentemente. A publicação relata desde a criação dos CRIs até a consolidação do produto, que aconteceu a partir de 2011, com a expansão do crédito imobiliário no Brasil e a isenção de imposto para pessoa física. O leitor encontrará, ainda, um resumo da

tributação e da regulação dos CRIs e as tendências deste mercado. Estas últimas foram traçadas com base em 16 entrevistas feitas com profissionais, entre estruturadores, agentes fiduciários e fundos de investimento.

Além da publicação, também disponibilizamos um guia de orientação dos cálculos necessários para a montagem dos fluxos de pagamentos dos CRIs. O documento respeita as características de cálculos descritas nos Termos de Securitização e possibilita a incorporação das práticas consensuais de mercado na elaboração de alguns fluxos do ativo com remuneração pelo DI e os indexados pelo IGP-M, IPCA e TR.

O livro e o guia completam nosso universo de dados sobre CRIs.

Desde julho, está disponível uma base de dados exclusiva sobre esses produtos, com informações estatísticas mensais e ferramenta de consulta às ofertas.

## Estruturados

O livro, o guia e a base de dados integram a nossa estratégia de ser um centro de referência para informações de produtos estruturados. Os trabalhos começaram com o lançamento, em 2014, da base de dados sobre fundos de investimento imobiliário (FII). Em breve, estará disponível também uma base de dados com informações sobre FIDCs (fundos de investimento em direitos creditórios). ■

**BAIXE AGORA** nas lojas digitais Amazon, Apple, Cultura ou Saraiva. Se preferir, acesse o PDF em nosso site.

Este livro foi patrocinado por:



APICE

GAIASEC



RB CAPITAL

## CONFIRA OUTROS NÚMEROS DA SÉRIE

### Fundos Imobiliários

Traz os principais conceitos e características do produto, incluindo as estratégias de composição de portfólio, os aspectos regulatórios e tributários, além de análise sobre a evolução do mercado.

### FIDCs

Apresenta as principais características e estruturas desses produtos, incluindo estatísticas e aspectos mais relevantes da regulação. Também mostra as tendências do mercado.



>> Acesse em [www.anbima.com.br](http://www.anbima.com.br) > Informações Técnicas > Estudos e Projetos > Produtos de Captação

# Código de Serviços Qualificados passa por atualização

Mudanças aprimoram a autorregulação e adaptam as regras à nova regulação

O Código de Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais passou por uma grande revisão. O objetivo foi adaptá-lo às novas normas de infraestrutura de mercado e aperfeiçoar a autorregulação.

“A reforma do Código foi necessária para adequá-lo às significativas mudanças que a nova regulação trouxe às infraestruturas de mercado”, explica Ricardo Soares, presidente do Comitê de Serviços Qualificados.

“Nosso objetivo foi tornar ainda mais clara as atribuições de cada um dos diversos participantes e aprimorar a transparência no segmento.”

A nova versão adapta-se às Instruções nºs 542 e 543 da CVM, que modernizam a legislação do segmento e regulam as atividades de custódia e escrituração de valores mobiliários, respectivamente. Até então, estas atividades eram reguladas por uma única instrução, a nº 89.

Além de adaptar-se à regulação, a reforma aprimora também a autorregulação, ao propor uma série de medidas para a guarda de ativos físicos, regras para custódia de FIDCs e aprimoramento das exigências mínimas a serem cumpridas pelas instituições.

O Código ficou em audiência pública até o dia 9 de novembro. A nova versão deve ser publicada em breve e entrar em vigor em janeiro. ■

## O QUE MUDOU

As regras para os serviços de custódia foram divididas em dois capítulos: custódia para investidores e custódia para emissores. Entre as novas obrigações para estas atividades estão registro e baixa dos papéis, digitalização de documentos e conferência periódica do inventário.

As regras para o serviço de controladoria de passivos também foram divididas para se ter mais clareza sobre a atividade e especificidade de sua aplicação. O primeiro artigo traz regras para atividades regidas pela Instrução nº 555 da CVM, que regula a indústria de fundos. Já o segundo normatiza as atividades de controladoria do passivo que são reguladas pela Instrução nº 543.

O Código agora conta também com um capítulo exclusivo para os serviços de escrituração de ativos. As regras adaptam a autorregulação à Instrução nº 543 e dispõem sobre a abertura e manutenção dos livros, registro de informações e gravames sobre ativos, repasse de pagamentos, entre outras atividades. A nova versão do Código traz também um anexo com regras específicas para a custódia de FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios).

## HISTÓRICO

As discussões para alteração do Código começaram em 2013, no Subcomitê de Regulação, a partir da audiência pública da CVM para as instruções que substituiriam a nº 89, que regulava o segmento. Em 2014, foi criado um Grupo de Trabalho formado por advogados e por especialistas em custódia e em escrituração para discutir as mudanças. Essa foi a primeira grande reforma do Código. Desde a sua criação, em 2004, o texto foi alterado substancialmente em 2006 – para incorporação dos serviços de controladoria de ativo, passivo e contabilidade – e em 2009 – para abranger também os fundos, carteiras e clubes administrados pela própria instituição.

2004

Criação do Código de Custódia Qualificada

2009

Inclusão dos fundos, clubes e carteiras administrados pela própria instituição

Incorporação dos serviços de controladoria de ativo, passivo e contabilidade

2006

Novos aderentes devido à fusão que deu origem à ANBIMA

2010

**Primeira grande reforma:**  
Revisão de todos os capítulos, inclusão do serviço de escrituração e criação de Anexo para FIDCs

2015



# Planejamento estratégico 2016: confira o status do processo

Nossas prioridades e objetivos para o próximo ano estão sendo definidos ao longo deste trimestre, quando avançamos no planejamento estratégico. Após as reuniões com os gerentes e superintendentes e os cafés da manhã com os nossos vice-presidentes, diretores e presidentes de comitês, começamos a visitar os nossos comitês.

Os membros dos comitês auxiliam na indicação de iniciativas que nos possibilitem alcançar os objetivos e as prioridades do planejamento. “Por estarem no dia a dia do mercado, estes profissionais são essenciais para traçarmos iniciativas mais pontuais e técnicas, que nos ajudarão a alcançar os objetivos estratégicos”, afirma José Carlos Doherty, nosso superintendente-geral.

“Apresentaremos para todos os grupos os avanços que tivemos em 2015 e a nossa proposta inicial para o planejamento do próximo ano”, conta Doherty. Ele explica que há, por enquanto, uma proposta preliminar com as prioridades e os objetivos de acordo com todos os insumos que vêm sendo coletados, mas que a validação final só acontece no workshop de diretoria, agendado para 2 de dezembro.

Também nos reuniremos com algumas autoridades do governo, como: Ministério da Fazenda, Banco Central, CVM e Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar). Nestes encontros, apresentaremos nossas prioridades

estratégicas para o próximo ano e conheceremos as expectativas dessas entidades sobre a nossa atuação para o fortalecimento dos mercados.

Paralelamente, estamos consolidando os resultados da pesquisa de satisfação feita com os membros dos comitês, subcomitês, comissões, conselhos, representantes dos associados e diretoria. Ao todo, mais de 400 pessoas responderam ao nosso questionário online.

No workshop de diretoria todos conhecerão a percepção deste público sobre nossos avanços e o que ainda temos que melhorar.

“A pesquisa e as reuniões com os comitês fecham esse ciclo de

## Em que fase estamos?

### Reuniões com autoridades

- Ministério da Fazenda
- Banco Central
- CVM
- Previc

### Reuniões com comitês

- De 28/10 a 29/11

apuração das visões de nossos públicos de interesse. Assim, no workshop estaremos munidos de todas as percepções e poderemos olhar nossa proposta e validá-la, ou fazer os ajustes necessários”, conta Doherty. Os resultados da pesquisa de satisfação estarão no Informativo de dezembro. ■

## Como definimos nossas prioridades e objetivos:

### VISÃO

Mercado forte se faz com instituições fortes

### MISSÃO

Fortalecer a representação do setor para apoiar a evolução do mercado de capitais no Brasil, capaz de financiar o desenvolvimento econômico e social do país e influenciar o mercado global

### PRIORIDADES

Temas importantes que devem ser tratados para atingirmos a nossa missão

### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Resultados que a Associação pretende atingir

ENTENDA TODO O PROCESSO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO INFORMATIVO DE OUTUBRO  
[www.anbima.com.br](http://www.anbima.com.br) > A ANBIMA > O que é ANBIMA > Informativo

# Educação: curso para universitários e implementação de ferramenta com dados do investidor

Foto: Ricardo Rollo



Aquiles Mosca, presidente do Comitê de Educação de Investidores

Despertar o interesse das pessoas por educação financeira e incentivá-las a poupar de maneira consciente são os principais objetivos do nosso Comitê de Educação de Investidores. Presidido por Aquiles Mosca, o grupo encabeça, atualmente, dois grandes projetos: a Central de Informações do Investidor Brasileiro, em fase de elaboração, e o curso Planeje sua Liberdade, que integra o programa Como Investir em Você. O curso, que é destinado a universitários, será estendido a outros públicos. "Buscamos constantemente novas formas de atingir um número maior de pessoas com informações sobre educação financeira", conta Mosca. Confira a entrevista que ele concedeu ao Informativo ANBIMA.

## ► O curso Planeje sua Liberdade chega neste semestre à quarta edição. Como está a receptividade por parte dos universitários?

O curso leva educação financeira para os alunos de universidades e registra um ótimo retorno. A primeira turma foi um piloto em parceria com a FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas). Agora estamos na quarta turma e desde a terceira contamos com a participação de mais duas universidades: Fucape e Mauá. Mais de 90% dos alunos informam que recomendariam as aulas online e o índice de interação entre eles tem sido bastante positivo. Exemplo disso é a atividade na qual cada aluno deve expor um problema financeiro, assim como dar sugestões em pelo menos cinco planos dos colegas. Em média, cada aluno contribui em 12 planos e com ótimas sugestões.

## ► O projeto deve ser expandido para outras universidades?

Sim, já estamos conversando com várias faculdades para oferecer o curso. Além do setor educacional, queremos estender o projeto para outros segmentos, como a indústria. Buscamos constantemente novas formas de atingir um número maior de pessoas com informações sobre educação financeira.

## ► Quais outros temas estão em discussão no comitê?

Temos um grande projeto em desenvolvimento: a Central de Informações do Investidor Brasileiro. A ferramenta será uma grande base de dados, que centralizará material sobre o tema proveniente de diversas fontes, como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), BM&FBovespa, Febraban (Federação Brasileira de Bancos) e tantas outras. Hoje essas informações estão dispersas. Decidimos fazer a curadoria delas e, por meio de parcerias, garantir que elas sejam atualizadas na Central, que deve ser lançada no primeiro semestre de 2016.

## ► Qual a agenda do comitê para os próximos meses?

Em novembro, acontecerá mais uma edição do Agenda Aberta, um encontro com os maiores especialistas em educação financeira para apresentar as nossas iniciativas e pedir sugestões e opiniões. Muitos aprimoramentos nas nossas ações saem dessas reuniões. Tivemos, recentemente, dois workshops online sobre os desafios para a capacitação dos profissionais certificados. Para o ano que vem, pretendemos fazer um evento sobre a comunicação dos profissionais do mercado com os investidores. ■

## CONHEÇA O COMITÊ

**Presidente** - Aquiles Mosca  
**Vice-presidente** - Martin Iglesias

Veja todas as informações sobre o comitê em nosso portal:

[www.anbima.com.br](http://www.anbima.com.br) > Comitês > Produtos e Serviços > Educação de Investidores

# Desafios da indústria de fundos norteiam debates da conferência da IIFA

Fotos: Marcos Pinto



Na foto à esquerda, José Carlos Doherty, nosso superintendente-geral. À direita, a presidente Denise Pavarina durante discurso na abertura da Conferência

Líderes da indústria de fundos de mais de 30 países se reuniram no Rio de Janeiro entre 19 e 21 de outubro para a 29ª Conferência da IIFA (Associação Internacional das Indústrias de Fundos). Durante o evento, eles discutiram as tendências dos mercados de todo o mundo e os novos fatores que influenciam o crescimento da indústria global.

O evento, que contou com nossa

organização, teve abertura do superintendente-geral José Carlos Doherty e da presidente Denise Pavarina. Em seu discurso, ela destacou os desafios atuais da indústria brasileira e a importância do debate global. Também ressaltou que modernos instrumentos de regulação e de autorregulação contribuem para a expansão do setor.

A troca de experiências e a necessidade

de a indústria de fundos identificar oportunidades de crescimento também foram enfatizadas por Denise, assim como importância de capturar vantagens dos processos de inovação.

Entre os temas discutidos ao longo dos três dias da conferência estavam risco sistêmico, o desafio da integração dos mercados latino-americanos, cybersecurity e educação do investidor. ■

## Modelo padrão para escrituras de debêntures já está disponível

Foi lançado em 29 de outubro a nossa proposta para padronização de escrituras de debêntures. O modelo, que foi apresentado em evento que contou com a participação de 124 representantes do mercado de capitais, pode ser consultado em nosso portal.

O modelo define parâmetros mínimos para a elaboração das escrituras, tanto para distribuições com esforços amplos ou restritos. Esses parâmetros se referem às formas de redação e ordenação de cláusulas, à uniformização de cálculo e à consolidação dos aditamentos à escritura original.

>> Confira os documentos no portal: [www.anbima.com.br](http://www.anbima.com.br) > Informações Técnicas > Estudos e Projetos > Padronização de Debêntures

A diretora Carolina Lacerda (à esquerda) destacou a contribuição da padronização para aprimoramento do mercado. Patrícia Pimenta (à direita), coordenadora dos trabalhos, lembrou que os benefícios são para investidores, coordenadores e emissores.



## CEA e CGA

Os programas da CEA e da CGA foram ajustados para refletir a nova regulação. O novo conteúdo passa a valer apenas em 2016. Os exames aplicados até 31 de dezembro serão baseados no programa em vigor atualmente. Confira os conteúdos em [www.anbima.com.br/cpa](http://www.anbima.com.br/cpa)

## Radar

O primeiro relatório sobre regulação transfronteiriça da Iosco é destaque do 15º Radar ANBIMA. Ele apresenta as possíveis ferramentas para promover a harmonização da regulação financeira entre diferentes países.

Confira a publicação no portal da ANBIMA, em "Informações Técnicas", em "Estudos e Projetos". Se preferir, acesse o QR Code ao lado.



## APP

O nosso aplicativo, que traz informações de fundos e índices, foi atualizado para se adequar às novas classificações de fundos de investimento e de fundos imobiliários. Além da novidade, o app ganhou uma versão para aparelhos Android. Busque por "ANBIMA" na sua loja de aplicativos e baixe!



## Conferência

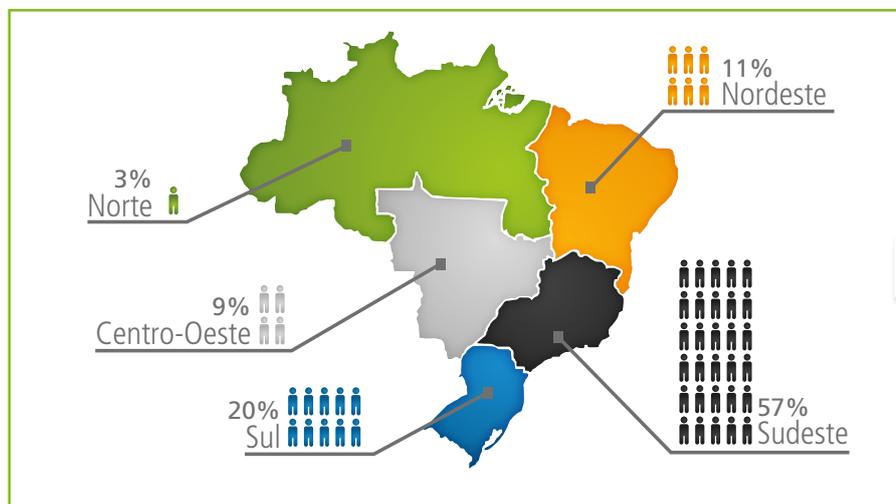
Já estão à venda as cotas de patrocínio para a Conferência ANBIMA Cetip de Renda Fixa, que será realizada no dia 20 de setembro de 2016 em São Paulo. Informações e reservas podem ser solicitadas pelo telefone (11) 3471-4295 ou e-mail [talita.reis@anbima.com.br](mailto:talita.reis@anbima.com.br).

## Fundos Imobiliários

No dia 26 de novembro, realizaremos um evento para discutir o mercado de fundos de investimento imobiliário. Entre os temas em pauta estão a nova regulação, a classificação ANBIMA e o sistema FII.Net. Além de representantes da Associação, o workshop também contará com a presença da CVM e da BM&FBovespa. O evento começa às 8h30 com transmissão gratuita pela internet. Inscreva-se gratuitamente para assistir o evento online no link: <http://j.mp/WebiFII>

## Certificação

Nosso Programa de Certificação Continuada alcançou o patamar de 400 mil certificações emitidas desde a sua criação, em 2002. Desse total, 320 mil são CPA-10. Já para a CPA-20, foram 78 mil.



## INFORMATIVO ANBIMA

Publicação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais dirigida a seus associados

REDAÇÃO: Lucas Lucena e Paula Diniz | Edição: Marineide Marques  
PROJETO GRÁFICO: Carlos A. Valério Jr.  
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL: Marcelo Billi

RIO DE JANEIRO: Avenida República do Chile, 230  
13º andar CEP 20031-170 + 21 3814 3800

SÃO PAULO: Av. das Nações Unidas, 8501 21º andar  
CEP 05425-070 + 11 3471 4200

PRESIDENTE: Denise Pavarina

VICE-PRESIDENTES: Carlos Eduardo Andreoni Ambrósio, Carlos Massaru Takahashi, Gustavo Adolfo Funcia Murgel, José Olympio da Veiga Pereira, Pedro Lorenzini, Robert J. van Dijk, Sérgio Cutolo dos Santos e Valdecyr Gomes

DIRETORES: Alenir de Oliveira Romanello, Altamir Batista Mateus da Silva, Carlos Augusto Salomonde, Carolina Lacerda, Celso Scaramuzza, Jair Ribeiro da Silva Neto, Luciane Ribeiro, Luiz Sorge, Luiz Fernando Figueiredo, Otávio Romagnolli Mendes, Richard Ziliotto, Saša Markus, Sylvio Araújo Fleury e Vital Meira de Menezes Junior

COMITÊ EXECUTIVO: José Carlos Doherty, Ana Claudia Leoni, Guilherme Benaderet, Patrícia Herculano, Valéria Arêas Coelho, Marcelo Billi, Soraya Alves e Eliana Marino

[www.anbima.com.br](http://www.anbima.com.br)